

MRS Logística arremata a Malha Sudeste da RFFSA

Telefoto Agência Estado

Rio – Em menos de um minuto o Governo vendeu ontem a concessão de exploração, por 30 anos, da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal, em leilão eletrônico centralizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. O único candidato pré-identificado, a MRS Logística, formada para participar do leilão, arrematou a concessão por R\$ 888,9 milhões. A Malha é a mais moderna da Rede e, com a operação de ontem, será a maior ferrovia privada da América Latina.

A MRS vai pagar 30% do valor da concessão (R\$ 266,7 milhões) à vista e em moeda corrente, e o restante em parcelas trimestrais corrigidas pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) até o fim da concessão. O coordenador da MSR, Armando Guerra, disse que o grupo controlador da malha, que será uma empresa com o mesmo nome do consórcio vencedor, é integrado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), MBR, Ferteco, Usiminas, Celato (formado por três transportadoras), Ultrafertil e Cosigua. Neste conjunto, três são empresas que já foram estatais.

A ABS, do grupo Bradesco, faz parte do consórcio mas ainda não está definido se ficará com uma fatia de ações suficiente para entrar no grupo controlador. O consórcio tem até o dia 27 para chegar a um desenho definitivo da sua estrutura societária e apresentá-la ao Governo.

Ele disse que, embora por exigência do edital de privatização da malha o vencedor tenha que investir US\$ 227 milhões nos seis primeiros anos de operação, a MBR, que já estava estudando o negócio havia mais de um ano, vai investir US\$ 350 milhões nos próximos quatro anos. A intenção, explicou, é a de tornar a Sudeste um exemplo de redução de custos e de eficiência. Ainda conforme Guerra, a manutenção da malha – onde houve um acidente com 15 mortos na quarta-feira – é muito boa, assim como os seus equipamentos. “Ela somente estava travada por sua condição de estatal”.

A Malha Sudeste, com 1.674



O ministro Antônio Kandir (C) ajudou a bater o martelo, na Bolsa do Rio, ontem, no leilão da ferrovia

quilômetros de extensão, vai de Belo Horizonte a Santos (SP), passando pelo Rio de Janeiro. A ferrovia, além disso, liga-se a grandes portos: além do de Santos, também o de Sepetiba (RJ) e o do Rio de Janeiro. Suas linhas atravessam quatro Estados que são responsáveis por 69% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Com a venda da Malha Sudeste, dois terços da Rede Ferroviária Federal já estão com as concessões privatizadas. Até dezembro serão leiloadas a Ferrovia Tereza Cristina e a Malha Sul, que abrange os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Malha Nordeste, extremamente deficitária, será vendida no primeiro semestre do ano que vem.

Custo

Guerra negou que a MBR vá fazer da malha apenas um centro de custo para as empresas do consórcio,

que se interessaram pelo negócio já que são preponderantemente mineradoras e companhias siderúrgicas grandes exportadoras, que precisam levar seus produtos até os portos pelo menor preço possível. A acusação, que precedeu o leilão e que seria a causa da desistência da Companhia Vale do Rio Doce de participar do consórcio, levou o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, a deixar claro que esse tipo de alegação é feita na tentativa de adiar leilões.

Kandir, que participou de entrevista coletiva após a venda da concessão da malha, disse que o governo sempre marca os leilões com muita antecedência, de forma a que os grupos candidatos possam se organizar. De acordo com ele, quem não se articula a tempo pode lançar mão desse tipo de acusação na esperança de um adiamento do leilão. “Não vamos adiar leilões”, garantiu, frisando que as datas que o Governo

anunciar serão as que vão valer.

Minutos antes do leilão, chegou à bolsa um comunicado judicial, de que a empresa Cemenge, de Minas Gerais, havia obtido na 10ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro uma liminar obrigando a Rede a depositar R\$ 109 milhões, como garantia de uma ação indenizatória. O presidente da Rede, Isaac Popoutchi, explicou que se trata de uma ação que tramita há mais de dez anos, relativa a perdas alegadas pela Cemenge na construção da Ferrovia do Aço.

A Rede perdeu em todas as instâncias e está pagando a indenização em 36 parcelas mensais de R\$ 3,7 milhões. Com a privatização da Malha Sudeste, a única superavitária na Rede, a Cemenge se sentiu sem garantias de que o pagamento continuará sendo feito e exigiu o depósito de R\$ 109 milhões. A Rede já recorreu à Justiça para tornar a liminar sem efeito.

Governo vai privatizar sete portos este ano

Rio – Quatro portos deverão ter suas concessões privatizadas no próximo mês ou em novembro: Itajaí e Laguna, ambos em Santa Catarina, Porto Velho (Rondônia) e Cabedelo (Paraíba). Ainda este ano serão também transferidos para a iniciativa privada os portos de Manaus, Recife e Maceió. No primeiro semestre de 1997 será a vez dos grandes portos, que são os de Santos, Rio de Janeiro, Sepetiba, Paranaguá e Rio Grande. O anúncio foi feito ontem pelo ministro dos Transportes, Alcides Saldanha, na presença do ministro do Planejamento, Antônio Kandir,

após o leilão de privatização da concessão da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal.

Kandir foi mais cauteloso na definição dos portos que vão ser vendidos primeiro. Ele disse que na reunião do Conselho Nacional de Desestatização (CND), marcada para terça-feira e que “será conclusiva”, vão ser definidos os quatro primeiros portos a passarem para o setor privado e quais integrarão o segundo lote. Ainda terá de ser decidido, por exemplo, de que forma serão privatizados os portos que, por lei, teriam de ser vendidos pelo sistema de envelopes fechados e não em leilões em bolsa.

“Nossa obsessão agora são os portos”, frisou Kandir, que disse que, com a privatização nesta área, o terceiro grande componente do chamado custo Brasil estará sendo atacado de frente pelo Governo. Como lembrou, no setor de trans-

portes, com a venda das malhas da Rede Ferroviária Federal e o início da privatização de estradas já se está com a tarefa quase concluída, o que gerará diminuição de custos.

No campo tributário, lembrou a aprovação pelo Congresso da isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre exportações e investimentos; e no de energia ressaltou que o processo vem andando com grande velocidade, inclusive graças ao que chamou de extraordinário relacionamento entre a Eletrobrás e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), gestor do Programa Nacional de Desestatização (PND), e que vem facilitando o andamento de todas as operações.

“Estou muito animado, porque a inflação se desminlingue, os investimentos vão se tornar mais baratos e o custo Brasil diminuirá”.

Consórcio investirá R\$ 350 milhões

Rio – O consórcio MRS Logística, que obteve ontem a concessão por 30 anos da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal, pretende investir R\$ 350 milhões nos próximos quatro anos, para deixar a malha mais competitiva. A afirmação é do articulador do consórcio, Armando Guerra. Segundo ele, atualmente esse trecho da RFFSA opera com 190 locomotivas, e a intenção de seus novos donos é aumentar o número para 260. “Nossa prioridade será a modernização das locomotivas. Hoje, a rede tem dificuldades em competir com o transporte feito em caminhões, e queremos mudar isso”, disse Guerra.

De acordo com o presidente da RFFSA, Isaac Popoutchi, a Malha Sudeste emprega atualmente 7.700 funcionários, dos quais 1.200 já se candidataram às demissões voluntárias, e deverão deixar a empresa.

Grupo protesta contra leilão

Rio – Cerca de 50 manifestantes, a maioria sindicalistas do setor ferroviário, protestaram ontem contra a privatização da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal. O ato aconteceu em frente à Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ), onde ocorreu o leilão, e houve um pequeno tumulto entre policiais e manifestantes, que trocaram empurrões por causa da localização do carro de som dos ferroviários.

Os sindicalistas permaneceram no local até as 14h30m, meia hora depois do leilão. Segundo o coordenador da Federação Nacional Independente dos Ferroviários, Jerônimo Neto, o movimento contra a privatização é motivado pelas demissões que as empresas concessionárias promovem depois de assumirem o comando das malhas.

Ele informou que nas duas outras ferrovias leiloadas – Malhas Oeste e Centro-Leste – cerca de 2.850 pessoas foram demitidas. Além disso, os ferroviários consideram o leilão “um jogo de cartas marcadas” porque só havia o consórcio MRS Logística como concorrente.